



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

LEI MUNICIPAL Nº 2.174, DE 23 DE JUNHO DE 2023.

ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAMBARI MG PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Lambari, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Marcelo Giovani de Sousa - Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Lambari para o exercício de 2024, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal e no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e às determinações da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e suas alterações posteriores, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública do Município;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária e sua adequação orçamentária; e
- VII – as disposições gerais.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

§ 1º As diretrizes, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais abertos.

§ 2º Esta Lei dispõe, dentre outras matérias, sobre o equilíbrio das finanças públicas, ou seja, o equilíbrio entre receitas e despesas, os passivos contingentes, as alterações na estrutura organizacional do município, eventuais alterações tributárias, os critérios e as formas de limitação de empenho, o controle de custo e a avaliação dos resultados dos programas, as demais condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas e a despesa com pessoal para os fins do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, e compreende os anexos de que tratam os §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2024, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, são as estabelecidas no Anexo III – Metas e Prioridades para 2024 desta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos na Lei nº2.112, de 09 de dezembro de 2021 e suas alterações, que instituiu o Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025, e terão precedência na alocação de recursos no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024 deverá ser elaborado em harmonia com as metas e prioridades estabelecidas na forma prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024 deverá conter em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos, diretrizes e metas constantes no § 1º do art. 4º da LC 101/2000.

Art. 3º. As Metas Fiscais e os Riscos Fiscais são especificados, respectivamente nos Anexos I e II desta Lei, elaborados de acordo com os §§ 1º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, abrangendo todos os órgãos e entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. Os valores apresentados nos Anexos citados no *caput* deste artigo estão expressos em milhares de reais, em consonância com as regras estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme Portaria nº 1.447, de 14 de julho de 2022, que aprovou a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa: instrumento protagonista de organização da ação governamental, que integra o planejamento estratégico e tático com o operacional, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial: as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – unidade orçamentária: o nível intermediário da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI – especificação da fonte e destinação dos recursos: o detalhamento da origem e da destinação de recursos, definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, para fins de elaboração da Lei Orçamentária Anual –



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM; e

VII – grupo da origem de fontes de recursos: o agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de forma harmonizada com a Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas na LOA por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 4º A classificação da estrutura programática para 2024 poderá sofrer alterações para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

Art. 5º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa, no mínimo, por:

I – órgão e unidade orçamentária;

II – função;

III – subfunção;

IV – programa;

V – ação;

VI – categoria econômica;

VII – grupo de natureza de despesa;



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

VIII – modalidade de aplicação;

IX – esfera orçamentária; e

X – origem da fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 6º. As operações intraorçamentárias entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município de Lambari serão executadas por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações, utilizando-se a modalidade de aplicação 91, nos termos do Anexo II – Natureza da Despesa da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA para o exercício de 2024, a ser encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal, será constituído de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma da legislação;

IV – tabelas explicativas, mensagem circunstanciada e quadros orçamentários determinados pela Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, e demais legislações de regência;

V – relatório de metas físicas e financeiras dos programas municipais; e

VI – plano de aplicação dos fundos municipais, convênios e operações de crédito.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentária Anual e relativos a créditos adicionais por meio eletrônico.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Art. 8º. Todos os órgãos e entidades componentes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças (ou Secretaria Municipal de Planejamento), ou outro órgão que vier a substituí-la, por meio do Sistema de Demonstrativos Fiscais, as informações relativas às suas propostas parciais de orçamento, para a consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O prazo final para o encaminhamento de que trata o *caput* deste artigo será fixado por Portaria emanada pelo Secretário Municipal de Finanças (ou Secretaria Municipal de Planejamento), ou titular do órgão que vier a substituí-lo.

Art. 9º. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e suas alterações, e nas Leis nºs 10.776, de 13 de maio de 2011 e suas alterações, e 13.043, de 2 de janeiro de 2019, ou por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e suas alterações.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10. As unidades orçamentárias do Poder Executivo, à época da elaboração de suas propostas orçamentárias e ajustes do Plano Plurianual para o exercício de 2024, deverão compatibilizar seus projetos de acordo com as diretrizes especificadas pela Secretaria Municipal de Finanças (ou Secretaria Municipal de Planejamento) no que se refere às projeções macroeconômicas e fiscais atualizadas.

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 será elaborado em observância às determinações da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, das Portarias e demais atos dos órgãos competentes do Governo Federal, das determinações colacionadas pelo TCEMG e do disposto nesta Lei.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis dos Poderes Executivo e Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 12. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2023, projetados ao exercício a que se refere, considerando os principais agregados macroeconômicos divulgados pelo Banco Central, Ministério da Economia, Fundação João Pinheiro e instituições financeiras renomadas.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis econômicas que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária do Município.

Art. 13. O Poder Legislativo elaborará seu detalhamento de despesas para o exercício financeiro de 2024, observadas as determinações contidas nesta Lei e no art. 29-A da Constituição Federal, devendo encaminhá-lo ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de remessa do projeto de lei orçamentária de 2024 à Câmara Municipal.

Art. 14. A Procuradoria Geral do Município, ou outro órgão que vier a substituí-la, encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, ou outro órgão que vier a substituí-la, até 1º de julho de 2023, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais e a previsão dos débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor, a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2024, nos termos do § 5º do artigo 100 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional 114, de 2021) e do artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, discriminados por órgão e entidade da Administração Pública Municipal, especificando:

I – quanto à previsão relacionada aos precatórios:

a) número do precatório, Tribunal de origem e natureza do pagamento;



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

- b) número do processo originário;
- c) nome do beneficiário;
- d) valor condenatório homologado ou corrigido conforme sentença;
- e) tipo de causa; e
- f) órgão ou entidade responsável pelo pagamento; e

II – quanto à previsão dos débitos judiciais transitados em julgado relacionados às requisições de pequeno valor – RPV:

- a) número do processo originário e Tribunal de origem;
- b) nome do beneficiário;
- c) valor condenatório homologado ou corrigido conforme sentença;
- d) tipo de causa; e
- e) órgão ou entidade responsável pelo pagamento.

§ 1º Todos os pagamentos serão corrigidos e efetuados cronologicamente conforme disposição contida nas sentenças judiciais transitadas em julgado ou conforme orientação normativa ou jurisprudencial.

§ 2º No decorrer do exercício de 2024, os débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor e as despesas decorrentes das condenações judiciais a que o Município for condenado após a elaboração do orçamento anual serão encaminhadas aos respectivos órgãos e entidades para pagamento mediante suplementação, caso necessário, priorizando aquelas de caráter alimentar nos termos dos §§1º e 2º do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 3º Por determinação da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, os precatórios não pagos tempestivamente comporão a Dívida Fundada do Município.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Art. 15. A Lei Orçamentária Anual não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os que estão em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme determinação do artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 1º A regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recurso, conforme as vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

Art. 16. A Lei Orçamentária Anual conterà dotação para reserva de contingência, no valor de até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, a ser utilizada para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos ou como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, observado o disposto nos artigos 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, e no artigo 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001 e suas alterações.

Parágrafo único. O projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2024 consignará, sob a dotação para reserva de contingência, recursos em valor equivalente a 3% (três por cento) da receita corrente líquida efetivamente arrecadada no exercício anterior, destinado a servir como fonte de origem de recurso para fins de atendimento às emendas orçamentárias individuais e de bancada dos vereadores, nos termos do artigo 29 desta Lei e do artigo 173-A da Lei Orgânica do Município.

Art. 17. O Poder Executivo fica autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, desde que alinhadas com o Planejamento Integrado do Município, nos termos do artigo 62 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

Parágrafo único. A cessão de servidores para outras esferas de Governo independe do cumprimento das exigências dispostas no *caput* deste artigo, desde que não sejam admitidas para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o Município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência social.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Art. 18. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R\$54.020,41 (cinquenta e quatro mil, vinte reais e quarenta e hum centavos) no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços e de R\$108.040,82 (cento e oito mil quarenta reais e oitenta e dois centavos), conforme art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 c/c o Decreto nº 10.922, de 30 de dezembro de 2.021.

Art. 19. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, o Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º Integrarão a programação financeira as transferências financeiras de caixa para caixa, do Tesouro Municipal para as pessoas jurídicas da Administração Pública Municipal Indireta e destas para o Tesouro Municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata este artigo, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 20. No mesmo prazo previsto no *caput* do artigo 19 desta Lei, a Administração Pública Municipal Direta estabelecerá metas bimestrais para a realização das respectivas receitas estimadas.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de natureza de despesa e fonte de recursos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, para atender às suas peculiaridades, mediante decreto.

§ 1º Fonte de recurso poderá, também, ser criada a partir da apuração de excesso de arrecadação com vinculação específica, para a qual não tenha sido verificada previsão inicial.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 22. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual e em sua execução, a Administração buscará o equilíbrio das finanças públicas considerando, sempre, ao lado da situação financeira, o cumprimento das vinculações constitucionais e legais e a imperiosa necessidade de prestação adequada dos serviços públicos.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. São vedados aos ordenadores de despesa quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem suficiente disponibilidade de dotação orçamentária ou ainda sem o cumprimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário, conforme discriminado no Anexo I – Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24 - As Secretarias Municipais e o Controle Interno Municipal, dentro de suas respectivas capacidades técnicas, irão aperfeiçoar os mecanismos de avaliação das políticas públicas, conforme colaciona o art. 37, § 16 da Constituição Federal, inclusive com divulgação dos resultados e metas alcançados.

Seção III

Dos Critérios e das Formas de Limitação de Empenho

Art. 25. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário, fixados no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei, por atos a serem adotados nos 30 (trinta) dias subsequentes, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão, de maneira proporcional, a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados almejados.

§ 1º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 2º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados, bem como na busca da continuidade das obras e reformas em andamento e da preservação do patrimônio público.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

§ 3º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais e, também, as despesas de pessoal e seus respectivos encargos.

§ 4º Na limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada, na hipótese de ser necessária, a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 5º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 26. Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata a alínea *b* do inciso I do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, serão processados mediante os seguintes procedimentos operacional e contábil:

I – revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos por órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual; e

II – contingenciamento do saldo de empenho a liquidar, ajustando-se à revisão contratual determinada pelo inciso I do *caput* deste artigo.

Seção IV

Do Controle de Custos e da Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. Para atender ao disposto no inciso I do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências perante os respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurarem os



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

custos e resultados das ações e programas estabelecidos no Plano Plurianual do Município.

§ 1º Os custos e resultados apurados serão apresentados em relatórios elaborados na forma dos artigos 52 a 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 2º Os relatórios de que trata o § 1º deste artigo conterão, ainda, avaliação dos resultados alcançados e sua comparação com as metas previstas nas peças orçamentárias para o período.

§ 3º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e controle interno.

§ 4º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 5º As políticas públicas e metas alinhadas com os Planos Nacional e Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Ações e Serviços Públicos de Saúde serão consideradas pelos respectivos órgãos durante seus planejamentos direcionados à elaboração da Lei Orçamentária.

§ 6º As políticas públicas municipais serão alinhadas com as diretrizes principais da União e do Estado exaradas nos seus respectivos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e deverão ser implementadas sob as premissas da eficácia, eficiência e efetividade.

Seção V

Das Demais Condições e das Exigências para Transferência de Recursos a Entidades Privadas

Art. 28. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante parceria, convênio, ajuste ou instrumento congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

para prestação de contas, sem prejuízo, no que couber, do que dispõe o artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 1º As parcerias voluntárias, alinhadas com o Plano Plurianual do Município, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil deverão observar as condições e exigências das Leis Federais nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e das disposições da legislação municipal.

§ 2º A subvenção de recursos públicos para os setores público e privado, objetivando cobrir necessidades de pessoas físicas e déficits de pessoas jurídicas, sem prejuízo do que dispõe o art. 26 da LC 101, de 2000, será precedida de análise do plano de aplicação de metas de interesse social, e a concessão priorizará os setores da sociedade civil que não tenham atendimento direto a servidores municipais.

SEÇÃO VI

DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

(Conforme Emenda Aditiva e Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº 10/2023)

Art. 29. Os vereadores poderão apresentar, ao projeto de lei orçamentária para 2024, emendas individuais e de bancada para destinação de despesas, nos termos do artigo 166 da constituição Federal, observados os parâmetros discriminados no artigo 173-A da Lei Orgânica Municipal (acrescido pela emenda à LOM nº 19/2023), e nos termos desta seção.

§1º. As emendas individuais serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022, sendo que pelo menos a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§2º. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no §1º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do §2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§3º As emendas de bancada serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022, e seu montante será dividido entre as bancadas partidárias que compõe a Câmara Municipal, proporcionalmente ao número de vereadores de cada uma.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

§4º. As emendas de execução obrigatória a que se referem os §§1º e 3º serão identificadas em nível de projeto/atividade, sendo que para atividade iniciarão com o dígito 6 (seis) e para projeto com o dígito 7 (sete).

Art. 30. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas orçamentárias de que trata o artigo anterior, em montante correspondente aos limites nele determinados, conforme critérios para a execução equitativa da programação.

§1º. Para os fins deste artigo, considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§2º. A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata este artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento das respectivas despesas, observado o disposto no §5º deste artigo.

§3º. As programações orçamentárias previstas no artigo anterior não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos estritamente de ordem técnica, entendendo-se como tal as situações ou os eventos de ordem fática ou legal que obstem ou suspendam a execução da programação orçamentária, observado o cronograma detalhado no artigo 31 desta lei.

§4º. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias de que trata este artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de bancadas.

§5º. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na presente lei, o montante das emendas impositivas poderá ser reduzido, de forma igualitária, em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§6º. É vedada a anulação de dotações inseridas no orçamento na forma de emendas individuais e de bancada de que trata o artigo 29.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

§7º. O poder Executivo deverá encaminhar bimestralmente à Câmara Municipal relatório detalhado com as informações sobre o cumprimento e execução das emendas impositivas do exercício de 2024, indicando aquelas já executadas e a programação de execução daquelas ainda não cumpridas.

Art. 31. Para fins de cumprimento no disposto no caput e §3º do artigo anterior, a Administração Municipal deverá observar o seguinte cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes:

I- até o dia 30 de abril de 2024, o Poder Executivo informará ao Legislativo as programações que considere eivadas de impedimento de ordem técnica, justificando devidamente o motivo de cada impedimento;

II- em ocorrendo o apontamento mencionado no inciso I por parte do Poder Executivo, o Poder Legislativo indicará ao Prefeito, até o dia 31 de maio de 2024, o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável, ou justificará a sua discordância;

III- até 30 (trinta) dias após a entrega da comunicação de que trata o inciso II, o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal o projeto de lei sobre o remanejamento da programação prevista cujo impedimento seja insuperável, observando a nova destinação apontada pelo Legislativo;

IV- se o projeto de lei mencionado no inciso III não for aprovado pelo Legislativo até 60 (sessenta) dias após sua apresentação, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual;

V- caso transcorra o prazo do inciso II sem manifestação da Câmara, as programações orçamentárias para as quais tenha sido apontado impedimento de ordem técnica deixarão de ser consideradas de execução obrigatória."

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 32. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, viabilizar



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal e promover a trajetória sustentável da dívida pública.

§ 1º Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária Anual, os recursos necessários para pagamento da amortização, juros e demais encargos da dívida pública.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001 e suas alterações, em atendimento aos incisos VI e IX do artigo 52 da Constituição Federal.

Art. 33. A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, e nas Resoluções do Senado Federal nºs 40, de 2001 e suas alterações, e 43, de 21 de dezembro de 2001 e suas alterações.

§ 1º A gestão financeira do Município cuidará para a sustentabilidade da dívida pública, recomendando a compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida, e, se for o caso, propor medidas de ajustes, suspensões e vedações, inclusive com um planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida, conforme colaciona as novas premissas do art. 163, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 109, de 2021.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, conforme art. 165, § 2º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 109, de 2021.

Art. 34- O Município deverá conduzir sua política fiscal buscando manter a dívida pública municipal em níveis sustentáveis especificando, conforme art. 164-A da Constituição Federal.

Parágrafo único. Sustentabilidade da dívida, especificando:

a) indicadores de sua apuração;

b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida;



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

- c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação;
- d) medidas de ajuste, suspensões e vedações;
- e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35. Desde que respeitados os limites e vedações previstos nos artigos 20 ao 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 15 a 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I – revisão geral anual de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções de confiança, alteração ou implementação de estruturas de carreiras;

II – admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; e

III – adequação a qualquer reestruturação administrativa proposta ou incremento de funções de confiança e cargos de provimento em comissão.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I – prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, desde que comprovada existência de disponibilidade financeira;

II – lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do *caput* deste artigo; e

III – observância aos limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal, no caso do Poder Legislativo.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

§ 2º Estão a salvo das regras contidas no § 1º deste artigo a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§ 3º Na hipótese de se ter atingido o limite prudencial de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, a convocação para prestação de horas suplementares de trabalho somente poderá ocorrer nos seguintes casos:

I – calamidade pública;

II – execução de programas emergenciais de saúde pública;

III – em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo Chefe do respectivo Poder; e

IV – manutenção do calendário escolar municipal.

§ 4º As despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender às disposições contidas nos artigos 18 a 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 5º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar o percentual relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme redação da EC 109, de 2021 (art. 29-A, da Constituição).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 36. As alterações propostas na legislação tributária, das quais poderão resultar acréscimos de receita e que tenham previsão de apresentação ou já tramitem no Poder Legislativo quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ensejar a inclusão desses acréscimos, de maneira destacada, na previsão da receita, propiciando a fixação de despesas em igual



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

montante, também de maneira destacada, observado o disposto no § 2º do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações.

Parágrafo único. Não sendo aprovadas as alterações de que trata o *caput* deste artigo, os créditos orçamentários destacados serão considerados indisponíveis para quaisquer fins.

Art. 37. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só será promovida se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante decreto, as fontes e a destinação de recursos da receita orçamentária, as codificações e as nomenclaturas das naturezas de receitas, os códigos e as descrições das modalidades de aplicação, dos grupos de natureza de despesa, das funcionais programáticas e unidades orçamentárias constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e em seus créditos adicionais, para fins de correção de erros materiais.

Art. 39. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, e da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual conterà autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada.

Art. 40. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a remanejar, transpor e transferir recursos, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para fins do *caput* deste artigo, entende-se como:

I – remanejamentos: as realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

II – transposições: as realocações no âmbito dos programas de trabalho e/ou ações, dentro do mesmo órgão; e

III – transferências: as realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesa, dentro do mesmo órgão e o mesmo programa de trabalho.

Art. 41. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação e a fonte e a destinação de recursos.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 conterà a destinação de recursos, classificados pelo Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG.

§ 2º Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 3º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

Art. 42. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, conforme disposto no § 2º do artigo 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto, nos limites de seus saldos.

Art. 43. Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a criar elemento de despesa e fonte de recursos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, para atender às suas peculiaridades, mediante decreto.

Art. 44. As proposições legislativas e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos 2 (dois) subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva a correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito adicional suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 45. Até o momento da publicação da Lei Orçamentária Anual, se esta ocorrer depois de encerrado o exercício de 2023, ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a realizar despesas observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa da proposta original encaminhada ao Legislativo.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* deste artigo, as providências de que trata o *caput* dos artigos 19 e 20 desta Lei serão efetivadas no mês de janeiro de 2024.

Art. 46. Os recursos não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Como base de cálculo, serão consideradas as receitas previstas por fonte de recursos, comparando-as com as receitas efetivamente arrecadadas por fontes de recursos, sendo o limite, a diferença positiva entre estas e os recursos não previstos, acrescidos da previsão de rendimentos financeiros.

§ 2º As respectivas naturezas de receita serão atualizadas na medida da nova receita criada ou no valor do excesso de arrecadação estimado.

Art. 47. O Poder Executivo ao apurar que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), poderá enquanto permanecer a situação, aplicar o ajuste fiscal de vedação conforme determina o art. 167-A da Constituição Federal (Emenda Constitucional 109/21).

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do **caput** do art. 37 desta Constituição; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste **caput**;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder e de servidores e empregados públicos, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do *caput* do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, conforme art. 167-A da Constituição.

Art. 48. Integram a presente Lei:

I – Anexo I – Metas Fiscais;



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

II – Anexo II – Riscos Fiscais e Providências.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lambari, 23 de junho de 2023.

Marcelo Giovani de Sousa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em: 23 / 06 / 2023



Município de Lambari
Estado de Minas Gerais

ANEXO I

METAS FISCAIS

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------------------|--------------|----------|--------------|---------|--------------|--------|--------------|---------|--------------|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 |
| Receita Total | 83.984.150 | 77.755.821 | 21,52 | 88.949.457 | 14,40 | 91.982.223 | 3,41 | 95.374.781 | 3,69 | 98.424.588 |
| Receitas Primárias (1) | 80.678.531 | 71.247.234 | 17,42 | 83.402.536 | 17,06 | 86.483.135 | 3,69 | 89.848.127 | 3,89 | 92.913.798 |
| Despesa Total | 83.984.150 | 77.755.821 | 21,52 | 88.949.457 | 14,40 | 91.982.223 | 3,41 | 95.374.781 | 3,69 | 98.424.588 |
| Despesas Primárias (2) | 82.584.927 | 76.458.179 | 22,17 | 87.329.728 | 14,22 | 90.339.109 | 3,45 | 93.642.667 | 3,66 | 96.597.439 |
| Resultado Primário (3) = (1 - 2) | (1.909.396) | (5.210.945) | 173,05 | (3.927.190) | (24,64) | (3.855.974) | (1,81) | (3.794.539) | (1,59) | (3.683.641) |
| Resultado Nominal | 3.606.747 | (5.210.945) | (244,48) | (3.927.190) | (24,64) | (1.309.184) | | (1.272.524) | (2,80) | (1.188.103) |
| Dívida Pública Consolidada | 3.754.092 | 4.886.176 | | 3.945.556 | (19,25) | 3.392.210 | | 2.766.557 | (18,44) | 1.830.706 |
| Dívida Consolidada Líquida | (25.758.410) | (36.928.864) | 43,31 | (30.816.811) | (17,09) | (42.546.369) | | (45.285.197) | 6,44 | (48.431.429) |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|--------------|----------|--------------|---------|--------------|--------|--------------|---------|--------------|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 |
| Receita Total | 69.933.637 | 82.016.840 | 17,28 | 88.949.457 | 8,45 | 88.580.723 | (0,41) | 88.741.860 | 0,18 | 88.508.326 |
| Receitas Primárias (1) | 66.318.463 | 75.151.582 | 13,32 | 83.402.536 | 10,98 | 83.284.991 | (0,14) | 83.599.562 | 0,38 | 83.552.747 |
| Despesa Total | 69.933.637 | 82.016.840 | 17,28 | 88.949.457 | 8,45 | 88.580.723 | (0,41) | 88.741.860 | 0,18 | 88.508.326 |
| Despesas Primárias (2) | 68.404.309 | 80.648.087 | 17,90 | 87.329.726 | 8,28 | 86.998.372 | (0,38) | 87.130.206 | 0,15 | 86.865.262 |
| Resultado Primário (3) = (1 - 2) | (2.085.846) | (5.496.505) | 163,51 | (3.927.190) | (28,55) | (3.713.381) | (5,44) | (3.530.645) | (4,92) | (3.312.515) |
| Resultado Nominal | 3.942.116 | (5.496.505) | (239,43) | (3.927.190) | (28,55) | (1.260.771) | | (1.184.025) | (6,09) | (1.068.402) |
| Dívida Pública Consolidada | 4.103.162 | 5.153.938 | 25,61 | 3.945.556 | (23,45) | 3.266.766 | | 2.574.155 | (21,20) | 1.646.262 |
| Dívida Consolidada Líquida | (28.164.454) | (38.952.565) | 38,30 | (30.816.811) | (21,40) | (40.973.006) | | (42.135.798) | 2,84 | (43.551.970) |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| Índices de Inflação | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---------------------|------|------|------|------|------|------|
| | | 3,75 | 3,62 | 5,48 | 3,84 | 3,50 |

Total de Receitas

| Especificação | Valores nominais | | |
|--|--------------------|--------------------|---------------------|
| | Previsão | | |
| | 2024 | 2025 | 2026 |
| RECEITAS CORRENTES | 92.842.012 | 97.718.607 | 102.931.043 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 10.398.623 | 10.967.064 | 11.574.573 |
| Contribuições | 3.622.134 | 3.820.138 | 4.031.751 |
| Receitas Patrimoniais | 3.000.000 | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 3.000.000 | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Demais Receitas Patrimoniais | - | - | - |
| Receita Agropecuária | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - |
| Receitas de Serviços | 7.001.563 | 7.384.303 | 7.793.349 |
| Transferências Correntes | 68.439.652 | 72.146.288 | 76.108.352 |
| Cota-Parte do FPM | 31.634.879 | 33.364.200 | 35.212.376 |
| Cota-Parte do ITR | 17.215 | 18.156 | 19.162 |
| Cota-Parte do ICMS Desoneração - LC 87/96 | - | - | - |
| Cota-Parte do ICMS | 11.131.481 | 11.739.983 | 12.390.308 |
| Cota-Parte do IPI | 123.898 | 130.671 | 137.910 |
| Cota-Parte do IPVA | 3.886.912 | 4.099.390 | 4.326.471 |
| Transferências do SUS | 5.356.900 | 5.649.735 | 5.962.697 |
| Transferências do FUNDEB | 6.252.367 | 6.594.153 | 6.959.429 |
| Outras Transferências Correntes | 9.636.000 | 10.150.000 | 10.700.000 |
| Outras Receitas Correntes | 380.039 | 400.814 | 423.017 |
| Outras Receitas Financeiras | - | - | - |
| Receitas Correntes Restantes | 380.039 | 400.814 | 423.017 |
| Receitas Intra-Orçamentárias | 4.799.088 | 4.976.654 | 5.160.790 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 3.700.000 | 2.550.000 | 750.000 |
| Operações de Crédito | 500.000 | 500.000 | 300.000 |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - |
| Alienações | 200.000 | 50.000 | 50.000 |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários | - | - | - |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes | 200.000 | 50.000 | 50.000 |
| Outras Alienações de Bens | - | - | - |
| Transferências de Capital | 3.000.000 | 2.000.000 | 400.000 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital Primárias | - | - | - |
| DEDUÇÃO FUNDEB | (9.358.877) | (9.870.480) | (10.417.245) |
| TOTAL | 91.982.223 | 95.374.781 | 98.424.588 |

Total de Despesas

| Especificação | Valores nominais | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Previsão | | |
| | 2024 | 2025 | 2026 |
| DESPESAS CORRENTES | 82.692.492 | 89.020.833 | 94.002.093 |
| Pessoal e Encargos | 51.450.000 | 54.262.514 | 57.268.332 |
| Juros e Encargos da Dívida | 453.210 | 477.984 | 504.462 |
| Outras Despesas Correntes | 30.789.282 | 34.280.335 | 36.229.299 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 7.189.731 | 4.253.948 | 2.322.495 |
| Investimentos | 6.000.000 | 3.000.000 | 1.000.000 |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) | - | - | - |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII) | - | - | - |
| Aquisição de Título de Crédito (XIX) | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida Contratada | 1.189.731 | 1.253.948 | 1.322.495 |
| Despesas Intra-Orçamentárias | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 2.100.000 | 2.100.000 | 2.100.000 |
| TOTAL | 91.982.223 | 95.374.781 | 98.424.588 |

Meta Fiscal - Resultado Primário

| Especificação | Valores nominais | | | | | |
|---|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| RECEITAS CORRENTES (1) | 75.465.770 | 88.935.838 | 90.955.295 | 95.842.012 | 100.718.607 | 105.931.043 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 7.809.008 | 9.354.715 | 9.866.091 | 10.398.623 | 10.967.064 | 11.574.573 |
| Contribuições | 2.622.258 | 3.232.558 | 3.436.638 | 3.622.134 | 3.820.138 | 4.031.751 |
| Receitas Patrimoniais | 491.612 | 1.846.978 | 2.846.921 | 3.000.000 | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Aplicações Financeiras (2) | 491.612 | 1.846.978 | 2.846.921 | 3.000.000 | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Outras Receitas Patrimoniais | - | - | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | 5.344.739 | 5.684.379 | 6.643.000 | 7.001.563 | 7.384.303 | 7.793.349 |
| Transferências Correntes | 57.866.166 | 66.627.918 | 64.955.147 | 68.439.652 | 72.146.288 | 76.108.352 |
| Outras Receitas Correntes | 838.377 | 342.111 | 360.577 | 380.039 | 400.814 | 423.017 |
| Outras Receitas Financeiras (3) | - | - | - | - | - | - |
| Receitas Correntes Restantes | 838.377 | 342.111 | 360.577 | 380.039 | 400.814 | 423.017 |
| DEDUÇÃO FUNDEB (3) | (7.107.571) | (8.376.474) | (8.879.592) | (9.358.877) | (9.870.480) | (10.417.245) |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (4) = (1 - 2 - 3) | 67.866.588 | 78.712.185 | 79.228.782 | 83.483.135 | 87.848.127 | 92.513.798 |
| RECEITAS DE CAPITAL (5) | 2.944.048 | 6.948.807 | 5.083.875 | 3.700.000 | 2.550.000 | 750.000 |
| Operações de Crédito (6) | - | - | 2.500.000 | 500.000 | 500.000 | 300.000 |
| Amortização de Empréstimos (7) | - | - | - | - | - | - |
| Alienação | - | - | - | - | - | - |
| Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (8) | - | - | - | - | - | - |
| Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (9) | 66.429 | 117.366 | 200.000 | 200.000 | 50.000 | 50.000 |
| Outras Alienações de Bens | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | 2.877.620 | 6.831.441 | 2.383.875 | 3.000.000 | 2.000.000 | 400.000 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital Não Primárias (10) | - | - | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital Primárias | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (11) = (5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10) | 2.877.620 | 6.831.441 | 2.383.875 | 3.000.000 | 2.000.000 | 400.000 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (12) = (4 + 11) | 70.744.207 | 85.543.626 | 81.612.657 | 86.483.135 | 89.848.127 | 92.913.798 |
| DESPESAS CORRENTES (13) | 54.368.122 | 79.233.582 | 76.940.690 | 82.692.482 | 89.020.833 | 94.002.093 |
| Pessoal e Encargos | 33.985.488 | 48.041.812 | 43.154.769 | 50.858.402 | 53.638.985 | 56.610.717 |
| Pessoal e Encargos Restos a Pagar Pagos | 1.163.745 | 523.421 | 556.466 | 591.598 | 623.530 | 657.615 |
| Juros e Encargos da Dívida (14a) | 436.270 | 399.310 | 430.000 | 453.210 | 477.984 | 504.462 |
| Juros e Encargos da Dívida Restos a Pagar Pagos (14b) | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 17.757.966 | 29.785.029 | 32.284.675 | 30.242.003 | 33.896.504 | 35.610.736 |
| Outras Despesas Correntes Restos a Pagar Pagos | 1.024.654 | 484.210 | 514.779 | 547.279 | 581.830 | 618.563 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (15) = (13 - 14a - 14b) | 53.931.852 | 78.834.272 | 76.510.690 | 82.239.282 | 88.542.849 | 93.497.631 |
| DESPESAS DE CAPITAL (16) | 6.103.796 | 10.059.926 | 10.925.604 | 7.189.558 | 4.253.786 | 2.322.303 |
| Investimentos | 4.079.688 | 8.559.682 | 9.359.792 | 5.600.003 | 2.578.413 | 555.367 |
| Investimentos Restos a Pagar Pagos | 493.082 | 353.901 | 376.244 | 399.997 | 421.587 | 444.633 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos (17a) | - | - | - | - | - | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos RP Pagos (17b) | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (18a) | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado RP Pagos (18b) | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Crédito (19a) | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Título de Crédito Restos a Pagar Pagos (19b) | - | - | - | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Demais Inversões Financeiras Restos a Pagar Pagos | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Contratada (20a) | 1.531.028 | 1.146.343 | 1.189.568 | 1.189.558 | 1.253.766 | 1.322.303 |
| Amortização da Dívida Contratada Restos a Pagar Pagos(20b) | - | 153 | 163 | 173 | 182 | 192 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (21) = (16 - 17 - 18 - 19 - 20) | 4.572.769 | 8.913.430 | 9.735.873 | 5.999.827 | 2.999.818 | 999.808 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (22) | - | - | 1.083.000 | 2.100.000 | 2.100.000 | 2.100.000 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (23) = (15 + 21 + 22) | 58.504.622 | 87.747.702 | 87.329.563 | 90.339.109 | 93.642.667 | 96.597.439 |
| RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (24) = (12 - 23) | 12.239.586 | (2.204.076) | (5.716.906) | (3.855.974) | (3.794.539) | (3.683.641) |

Meta Fiscal - Resultado Nominal

| Especificação | Valores nominais | | | | | |
|--|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2021 (b) | 2022 (c) | 2023 (d) | 2024 (e) | 2025 (f) | 2026 (g) |
| RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (24) = (12 - 23) | 12.239.586 | (2.204.076) | (5.716.906) | (3.855.974) | (3.794.539) | (3.683.641) |
| (+)Juros Ativos | 491.612 | 1.846.978 | 2.846.921 | 3.000.000 | 3.000.000 | 3.000.000 |
| (-)Juros Passivos | (436.270) | (399.310) | (430.000) | (453.210) | (477.984) | (504.462) |
| RESULTADO NOMINAL - [9 - 17] + [(2) - (11)] | 12.294.928 | (756.407) | (3.299.985) | (1.309.184) | (1.272.524) | (1.188.103) |

Meta Fiscal - Montante da Dívida

| Especificação | Valores nominais | | | | | |
|----------------------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (1) | 4.647.566 | 4.886.176 | 3.918.231 | 3.392.210 | 2.766.557 | 1.830.706 |
| Dívida Mobiliária | - | - | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras Dívidas | 4.647.566 | 4.886.176 | 3.918.231 | 3.392.210 | 2.766.557 | 1.830.706 |
| DEDUÇÕES (2) | 44.193.564 | 41.815.039 | 43.918.336 | 45.938.579 | 48.051.754 | 50.262.135 |
| Ativo Disponível | 45.734.249 | 46.390.262 | 48.723.692 | 50.964.982 | 53.309.371 | 55.761.602 |
| Haveres Financeiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 1.540.885 | 4.575.222 | 4.805.356 | 5.026.402 | 5.257.617 | 5.499.467 |
| DCL (3) = (1 - 2) | -39.545.998 | -36.928.864 | -40.000.105 | -42.546.369 | -45.285.197 | -48.431.429 |

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas Anuais
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

| ESPECIFICAÇÃO | 2024 | | 2025 | | 2026 | |
|---|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|-----------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante (b) | Valor Corrente (b) | Valor Constante (c) | Valor Corrente (c) | Valor Constante |
| Receita Total | 91.982.223 | 88.342.511 | 95.374.781 | 88.434.859 | 98.424.588 | 88.176.511 |
| Receitas Primárias (I) | 86.483.135 | 83.061.021 | 89.848.127 | 83.310.351 | 92.913.798 | 83.239.411 |
| Receitas Primárias Correntes | 83.483.135 | 80.179.730 | 87.848.127 | 81.455.880 | 92.513.798 | 82.881.411 |
| Impostos, taxas e Contribuição de Melhoria | 10.398.623 | 9.987.152 | 10.967.064 | 10.169.048 | 11.574.573 | 10.369.411 |
| Contribuições | 3.622.134 | 3.478.808 | 3.820.138 | 3.542.167 | 4.031.751 | 3.611.411 |
| Transferências Correntes | 68.439.652 | 65.731.514 | 72.146.288 | 66.896.581 | 76.108.352 | 68.183.411 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 7.381.602 | 7.089.514 | 7.785.117 | 7.218.635 | 8.216.366 | 7.360.411 |
| Receitas Primárias de Capital | 3.000.000 | 2.881.291 | 2.000.000 | 1.854.471 | 400.000 | 358.411 |
| Despesa Total | 91.982.223 | 88.342.512 | 95.374.781 | 88.434.859 | 98.424.588 | 88.176.511 |
| Despesas Primárias (II) | 90.339.109 | 86.764.415 | 93.642.667 | 86.828.781 | 96.597.439 | 86.539.411 |
| Despesas Primárias Correntes | 83.200.406 | 79.908.188 | 88.813.959 | 82.351.434 | 93.663.838 | 83.911.411 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 50.858.402 | 48.845.949 | 53.015.455 | 49.157.799 | 55.953.102 | 50.127.411 |
| Outras Despesas correntes | 32.342.003 | 31.062.239 | 35.798.504 | 33.193.635 | 37.710.736 | 33.784.411 |
| Despesas Primárias de Capital | 5.999.827 | 5.762.416 | 2.999.818 | 2.781.537 | 999.808 | 895.411 |
| Pagamentos de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 1.138.876 | 1.093.811 | 1.205.360 | 1.117.652 | 1.276.178 | 1.143.411 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | (3.855.974) | (3.703.395) | (3.794.539) | (3.518.431) | (3.683.641) | (3.300.411) |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | - | - | - | - | - | - |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 453.210 | 435.277 | 477.984 | 443.204 | 504.482 | 451.411 |
| Resultado Nominal (VI) = (III + (IV-V)) | (1.309.184) | (1.257.380) | (1.272.524) | (1.179.929) | (1.188.103) | (1.064.411) |
| Dívida Pública Consolidada | 3.392.210 | 3.257.981 | 2.766.557 | 2.565.250 | 1.830.706 | 1.640.411 |
| Dívida Consolidada Líquida | (42.546.369) | (40.862.821) | (45.285.197) | (41.990.031) | (48.431.429) | (43.388.411) |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | - | - | - | - | - | - |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V) | - | - | - | - | - | - |
| Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V) | - | - | - | - | - | - |

Nota: PIB Estadual projetado não divulgado

Parâmetros Macroeconômicos

| Variáveis | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|-------|------|------|------|
| PIB (% de crescimento) | 0,79 | 1,50 | 1,90 | |
| IPCA (%) | 7,25 | 4,12 | 3,58 | |
| IGP-M (%) | 4,69 | 4,03 | 3,79 | |
| Meta Taxa Selic - média do período (% a.a.) | 12,50 | 9,50 | 8,50 | |
| Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$) | 5,28 | 5,30 | 5,30 | |

Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 20/01/2023

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas 2022 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas 2022 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|-----------------------------------|--------------------------------|-------|-------|---------------------------------|-------|-------|----------------------|------------------|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 77.755.821 | - | | 93.193.131 | - | | 15.437.310 | 19,84 |
| Receitas Primárias (I) | 71.247.234 | - | | 85.543.626 | - | | 14.296.392 | 20,06 |
| Despesa Total | 77.755.821 | - | | 89.293.660 | - | | 11.537.839 | 14,84 |
| Despesas Primárias (II) | 76.458.179 | - | | 87.747.702 | - | | 11.289.523 | 14,76 |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | (5.210.945) | - | | (2.204.076) | - | | 3.006.869 | (57,70) |
| Resultado Nominal | (5.210.945) | - | | (756.407) | - | | 4.454.538 | |
| Dívida Pública Consolidada | 4.886.176 | - | | 4.886.176 | - | | - | |
| Dívida Consolidada Líquida | (36.928.864) | - | | (36.928.864) | - | | - | |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, data-base 31/12/2022

Nota: PIB Estadual de 2022 não divulgado

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2022 | % | 2021 | % | 2020 | % |
|---------------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
| Patrimônio/Capital | - | - | - | - | - | - |
| Reservas | - | - | - | - | - | - |
| Resultado Acumulado | 46.075.025 | 100 | 37.760.065 | 100 | 23.864.522 | 100 |
| TOTAL | 46.075.025 | 100 | 37.760.065 | 100 | 23.864.522 | 100 |

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| RECEITAS REALIZADAS | 2022 (a) | 2021 (b) | 2020 (c) |
|--|------------------------------|------------------------------|-------------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 117.366 | 158.406 | - |
| Alienação de Bens Móveis | 117.366 | 155.120 | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | 3.286 | - |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | - | - | - |
| DESPESAS EXECUTADAS | 2022 (d) | 2021 (e) | 2020 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 188.000 | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | |
| Investimentos | 188.000 | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | - | - | - |
| SALDO FINANCEIRO | 2022 (g) = (1a - d2) + 3h | 2021 (h) = (1b - 2e) + 3i | 2020 (i) = (1c - 2f) |
| VALOR (III) | 87.772 | 158.406 | - |

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, data-base 31/12/2022



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE IAMBARI - PREVILAM
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
ANO 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | Ano 2020 | Ano 2021 | Ano 2022 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | R\$ 3.816.388,90 | R\$ 1.646.679,19 | R\$ 1.840.349,15 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | R\$ 3.816.388,90 | R\$ 1.646.679,19 | R\$ 1.840.349,15 |
| Civil | R\$ 1.029.292,57 | R\$ 1.045.626,67 | R\$ 1.576.402,69 |
| Ativo | R\$ 1.016.598,83 | R\$ 1.033.164,29 | R\$ 1.540.551,73 |
| Inativo | R\$ 12.587,53 | R\$ 12.343,40 | R\$ 28.386,61 |
| Pensionista | R\$ 106,21 | R\$ 118,98 | R\$ 883,59 |
| Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais | R\$ - | R\$ - | R\$ 6.580,76 |
| Militar | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Restituições de Benefícios Previdenciários | R\$ - | R\$ - | R\$ 215,35 |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | R\$ 2.119.428,63 | R\$ 5.455.285,12 | R\$ 7.532.138,48 |
| Civil | | | |
| Ativo | R\$ 2.119.428,63 | R\$ 5.455.285,12 | R\$ 7.532.138,48 |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Militar | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | R\$ 2.566.570,61 | R\$ 401.017,89 | R\$ 89.341,85 |
| Receitas Imobiliárias | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | R\$ 220.525,72 | R\$ 200.034,63 | R\$ 174.389,26 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| DEDUÇÕES DA RECEITA PATRIMONIAL | -R\$ 1.014.676,55 | -R\$ 299.297,45 | R\$ - |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II) | R\$ 4.921.140,98 | R\$ 6.802.666,86 | R\$ 9.372.487,63 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | Ano 2020 | Ano 2021 | Ano 2022 |
| ADMINISTRAÇÃO (V) | R\$ 5.539.290,21 | R\$ 6.338.090,84 | R\$ 7.614.266,47 |
| Despesas Correntes | R\$ 115.770,73 | R\$ 168.977,17 | R\$ 261.653,17 |
| Despesas de Capital | R\$ 2.620,00 | R\$ 3.635,00 | R\$ - |
| PREVIDÊNCIA (VI) | R\$ 5.420.899,48 | R\$ 6.165.478,67 | R\$ 7.352.613,30 |
| Benefícios - Civil | | | |
| Aposentadorias | R\$ 4.880.960,43 | R\$ 5.515.261,74 | R\$ 6.645.115,72 |
| Pensões | R\$ 539.939,05 | R\$ 650.216,93 | R\$ 703.038,61 |
| Outros Benefícios Previdenciários | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Benefícios - Militar | | | |
| Reformas | | | |
| Pensões | | | |
| Indenizações e restituição Trabalhistas | R\$ - | R\$ - | R\$ 4.458,97 |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI) | R\$ 5.539.290,21 | R\$ 6.338.090,84 | R\$ 7.614.266,47 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)² | -R\$ 618.149,23 | R\$ 464.576,02 | R\$ 1.758.221,16 |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | Ano 2020 | Ano 2021 | Ano 2022 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | R\$ 54.076,83 | R\$ 15.357,56 | R\$ 85.401,13 |
| Investimentos e Aplicações | R\$ 24.331.443,73 | R\$ 25.287.929,86 | R\$ 29.048.796,28 |
| Outro Bens e Direitos | | | |
| TOTAL | R\$ 24.385.520,56 | R\$ 25.303.287,42 | R\$ 29.134.197,41 |

Sandro Henrique Lameu
Diretor Presidente

BENEVIDES ANDRÉ
DOS
SANTOS:04625054648
Benevides André dos Santos
Contador -CRC/MG081020

Assinado em forma digital por
BENEVIDES ANDRÉ DOS
SANTOS:04625054648
Data: 2024.11.14 12:59:06 -03'00'

Instituto de Previdência Municipal de Lambari- Previlam

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

2024

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVID. | DESPESAS PREVID. | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO | SALDO FINANC. DO EXERC. |
|-----------|------------------|------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| | Valor (b) | Valor (c) | Valor (c) = (a-b) | Valor (d) = (d exerc. Anterior) + © |
| ANO | RECEITA | DESPESAS | RESULTADO | SALDO |
| 2022 | 9.372.487,63 | 8.258.390,53 | 1.114.097,10 | 29.134.197,41 |
| 2023 | 12.523.926,31 | 8.641.178,95 | 3.882.747,35 | 33.016.944,76 |
| 2024 | 13.515.065,19 | 9.811.737,86 | 3.703.327,32 | 36.720.272,09 |
| 2025 | 14.002.272,48 | 10.317.684,40 | 3.684.588,08 | 40.404.860,17 |
| 2026 | 14.117.647,42 | 10.514.188,82 | 3.603.458,60 | 44.008.318,77 |
| 2027 | 14.710.334,06 | 10.929.027,33 | 3.781.306,73 | 47.789.625,50 |
| 2028 | 15.364.750,91 | 11.411.731,38 | 3.953.019,53 | 51.742.645,03 |
| 2029 | 16.038.992,96 | 11.683.716,98 | 4.355.275,98 | 56.097.921,01 |
| 2030 | 16.731.439,64 | 11.951.735,36 | 4.779.704,28 | 60.877.625,28 |
| 2031 | 17.447.827,23 | 12.361.155,62 | 5.086.671,61 | 65.964.296,89 |
| 2032 | 18.200.100,67 | 13.104.534,37 | 5.095.566,30 | 71.059.863,19 |
| 2033 | 18.947.475,64 | 13.502.446,45 | 5.445.029,18 | 76.504.892,38 |
| 2034 | 19.727.298,24 | 13.707.851,00 | 6.019.447,24 | 82.524.339,61 |
| 2035 | 20.543.170,16 | 14.004.856,29 | 6.538.313,87 | 89.062.653,49 |
| 2036 | 21.393.134,83 | 14.030.980,28 | 7.362.154,55 | 96.424.808,04 |
| 2037 | 21.881.849,59 | 14.252.051,28 | 7.629.798,31 | 104.054.606,35 |
| 2038 | 22.385.394,23 | 14.322.470,45 | 8.062.923,78 | 112.117.530,13 |
| 2039 | 22.912.957,98 | 14.279.117,37 | 8.633.840,61 | 120.751.370,73 |
| 2040 | 23.469.468,59 | 14.191.592,89 | 9.277.875,71 | 130.029.246,44 |
| 2041 | 24.058.227,18 | 14.080.562,93 | 9.977.664,25 | 140.006.910,69 |
| 2042 | 24.704.312,75 | 14.228.406,57 | 10.475.906,19 | 150.482.816,87 |
| 2043 | 25.337.909,12 | 14.138.242,41 | 11.199.666,72 | 161.682.483,59 |
| 2044 | 26.014.859,13 | 13.966.516,26 | 12.048.342,86 | 173.730.826,46 |
| 2045 | 26.736.546,49 | 13.712.409,87 | 13.024.136,61 | 186.754.963,07 |
| 2046 | 27.516.673,71 | 13.522.524,41 | 13.994.149,29 | 200.749.112,36 |
| 2047 | 28.331.779,01 | 13.352.722,08 | 14.979.056,93 | 215.728.169,29 |
| 2048 | 29.202.344,05 | 13.365.544,35 | 15.836.799,70 | 231.564.968,98 |
| 2049 | 16.162.973,17 | 13.236.643,26 | 2.926.329,90 | 234.491.298,89 |
| 2050 | 16.288.196,56 | 12.954.039,82 | 3.334.156,75 | 237.825.455,63 |
| 2051 | 16.434.016,44 | 12.725.595,27 | 3.708.421,16 | 241.533.876,80 |
| 2052 | 16.611.443,30 | 12.582.388,79 | 4.029.054,51 | 245.562.931,31 |
| 2053 | 16.786.012,49 | 12.238.522,36 | 4.547.490,14 | 250.110.421,44 |
| 2054 | 16.984.821,15 | 11.898.758,65 | 5.086.062,50 | 255.196.483,95 |
| 2055 | 17.208.955,08 | 11.598.257,32 | 5.610.697,76 | 260.807.181,70 |
| 2056 | 17.487.488,08 | 11.546.835,59 | 5.940.652,49 | 266.747.834,19 |
| 2057 | 17.738.770,91 | 11.237.669,33 | 6.501.101,58 | 273.248.935,77 |
| 2058 | 18.044.940,94 | 11.015.874,06 | 7.029.066,88 | 280.278.002,65 |
| 2059 | 18.376.463,25 | 10.854.534,93 | 7.521.928,32 | 287.799.930,97 |
| 2060 | 18.729.160,33 | 10.779.668,79 | 7.949.491,54 | 295.749.422,51 |

| | | | | |
|------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| 2061 | 19.095.591,60 | 10.600.673,84 | 8.494.917,76 | 304.244.340,27 |
| 2062 | 19.501.936,04 | 10.569.801,74 | 8.932.134,31 | 313.176.474,57 |
| 2063 | 19.904.032,24 | 10.251.309,78 | 9.652.722,46 | 322.829.197,04 |
| 2064 | 20.389.321,65 | 10.204.906,88 | 10.184.414,78 | 333.013.611,81 |
| 2065 | 20.855.965,51 | 10.028.600,79 | 10.827.364,71 | 343.840.976,53 |
| 2066 | 21.383.382,88 | 9.942.994,21 | 11.440.388,67 | 355.281.365,20 |
| 2067 | 21.930.666,51 | 9.785.576,59 | 12.145.089,93 | 367.426.455,12 |
| 2068 | 22.525.044,67 | 9.649.122,54 | 12.875.922,13 | 380.302.377,26 |
| 2069 | 23.148.247,75 | 9.504.118,39 | 13.644.129,36 | 393.946.506,62 |
| 2070 | 23.813.174,68 | 9.403.707,48 | 14.409.467,20 | 408.355.973,82 |
| 2071 | 24.518.460,55 | 9.305.458,23 | 15.213.002,32 | 423.568.976,14 |
| 2072 | 25.267.917,49 | 9.327.066,49 | 15.940.851,00 | 439.509.827,14 |
| 2073 | 26.027.810,23 | 9.195.115,69 | 16.832.694,54 | 456.342.521,67 |
| 2074 | 26.859.964,83 | 9.119.664,87 | 17.740.299,96 | 474.082.821,64 |
| 2075 | 27.725.118,51 | 8.990.446,13 | 18.734.672,38 | 492.817.494,01 |
| 2076 | 28.653.893,52 | 9.028.202,16 | 19.625.691,36 | 512.443.185,37 |
| 2077 | 29.601.538,11 | 8.888.238,47 | 20.713.299,64 | 533.156.485,01 |
| 2078 | 30.625.659,15 | 8.802.650,46 | 21.823.008,69 | 554.979.493,70 |
| 2079 | 31.701.630,02 | 8.674.491,04 | 23.027.138,98 | 578.006.632,68 |
| 2080 | 32.846.915,98 | 8.669.295,58 | 24.177.620,40 | 602.184.253,07 |
| 2081 | 34.025.386,42 | 8.556.396,55 | 25.468.989,87 | 627.653.242,95 |
| 2082 | 35.278.744,40 | 8.445.806,38 | 26.832.938,02 | 654.486.180,96 |
| 2083 | 36.595.755,14 | 8.293.337,17 | 28.302.417,98 | 682.788.598,94 |
| 2084 | 37.987.617,31 | 8.140.675,92 | 29.846.941,39 | 712.635.540,33 |
| 2085 | 39.460.009,24 | 8.004.686,03 | 31.455.323,22 | 744.090.863,55 |
| 2086 | 41.010.788,40 | 7.869.787,80 | 33.141.000,60 | 777.231.864,15 |
| 2087 | 42.639.056,73 | 7.740.839,53 | 34.898.217,20 | 812.130.081,35 |
| 2088 | 44.361.253,77 | 7.643.393,12 | 36.717.860,65 | 848.847.942,00 |
| 2089 | 46.166.208,69 | 7.521.364,26 | 38.644.844,43 | 887.492.786,43 |
| 2090 | 48.062.876,73 | 7.380.889,25 | 40.681.987,49 | 928.174.773,91 |
| 2091 | 50.068.773,06 | 7.279.659,51 | 42.789.113,56 | 970.963.887,47 |
| 2092 | 52.175.575,71 | 7.161.069,61 | 45.014.506,10 | 1.015.978.393,57 |
| 2093 | 54.386.936,39 | 7.062.241,55 | 47.324.694,84 | 1.063.303.088,41 |
| 2094 | 56.723.922,62 | 6.956.439,40 | 49.767.483,22 | 1.113.070.571,62 |
| 2095 | 59.167.443,34 | 6.845.985,51 | 52.321.457,83 | 1.165.392.029,46 |
| 2096 | 61.741.994,52 | 6.751.799,15 | 54.990.195,36 | 1.220.382.224,82 |
| 2097 | 64.448.132,76 | 6.648.982,13 | 57.799.150,62 | 1.278.181.375,45 |

Nota: Projeção atuarial elaborada em 31/12/2022

Sandro Henrique Lameu
Diretor Presidente

BENEVIDES ANDRE
DOS
SANTOS:04625054648
Assinado de forma digital
por BENEVIDES ANDRE DOS
SANTOS:04625054648
Dados: 2023.04.12 09:08:39
-03'00'

Benevides André dos Santos
Contador -CRC/MG081020

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2024

AMF Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENS |
|------------------------|------------|-------------------------------------|------------------------------|----------------|----------------|---------|
| | | | 2024 | 2025 | 2026 | |
| Alvara | Incentivo | Mais Investimentos | 100.000 | 100.000 | 100.000 | |
| IPTU | Incentivo | Mais Investimentos | 30.000 | 30.000 | 30.000 | |
| Multa e Juros Tributos | Incentivo | Regularização Dívida Ativa | 800.000 | 500.000 | 500.000 | |
| TOTAL | | | 930.000 | 630.000 | 630.000 | |

Nota: A LRF em seu art. 14, § 1º estabelece: "a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado".

Na mesma norma se define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2024

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS | Valor Previsto |
|--|----------------|
| Aumento Permanente da Receita | 2.785.260 |
| (-) Transferências Constitucionais | - |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 334.231 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (1) | 2.451.029 |
| Redução Permanente de Despesa (2) | - |
| Margem Bruta (3) = (1+2) | 2.451.029 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (4) | |
| Novas DOCC | - |
| Novas DOCC geradas por PPP | - |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (5) = (3-4) | 2.451.029 |

Nota: A Lei Complementar nº 101 define no art. 17, despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios"

Para o exercício de 2023, a referida cobertura dar-se-á mediante o aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação municipal.



Município de Lambari

Estado de Minas Gerais

ANEXO II

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE LAMBARI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|----------------|---|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas judiciais | 500.000 | Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias | 200.000 |
| Dívidas em processo de reconhecimento | | | |
| Avais e garantias concedidas | | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência | 300.000 |
| Assunção de passivos | | | |
| Assistências diversas | | | |
| Outros passivos contingentes | 100.000 | | |
| SUBTOTAL | 600.000 | SUBTOTAL | 500.000 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de arrecadação | 200.000 | Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias | 150.000 |
| Restituição de tributos a maior | | | |
| Discrepância de projeções | 150.000 | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência | 200.000 |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 350.000 | SUBTOTAL | 350.000,00 |
| TOTAL | 950.000 | TOTAL | 850.000,00 |